



Serviços de atendimento na educação especial em município de pequeno porte: Uma perspectiva inclusiva



<https://doi.org/10.56238/levv15n40-003>

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC)

Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC)

Docente, pesquisador e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade

Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Danielle Martins Leffer

Mestra do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

RESUMO

A educação especial no Brasil tem passado por uma transformação significativa nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva para pessoas com deficiência. Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo é norteado por uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise documental das políticas públicas de educação especial no Brasil. Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo discutir os serviços de atendimento na educação especial em um município de pequeno porte, com foco na perspectiva inclusiva, de modo a analisar as políticas públicas de inclusão no município e examinar as práticas pedagógicas discutidas na literatura. As principais descobertas indicam que, apesar dessas dificuldades, boas práticas podem ser desenvolvidas quando há um compromisso efetivo dos gestores e uma capacitação contínua dos professores, de modo que há uma necessidade latente de melhorar os serviços de atendimento em educação especial em municípios de pequeno porte no país, principalmente em áreas que demandam maior atenção do poder público por suas características e peculiaridades.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Municípios – Brasil, Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil tem passado por uma transformação significativa nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva para pessoas com deficiência (Mazotta, 2011). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), lançada em 2008, reafirma o compromisso do país com a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular (Brasil, 2008). Apesar dos avanços, a implementação dessas políticas enfrenta desafios consideráveis, especialmente em municípios de pequeno porte.

Esses municípios, caracterizados por uma infraestrutura mais limitada e menor disponibilidade de recursos financeiros e humanos, têm dificuldades em oferecer serviços adequados de atendimento educacional especializado (Borges; Pereira, 2020). As escolas, muitas vezes, carecem de profissionais capacitados, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas necessárias para garantir a inclusão plena de estudantes com necessidades educacionais especiais (Gatti, 2019). A realidade educacional nesses contextos revela a necessidade de discutir estratégias inclusivas que considerem as especificidades dessas localidades.

Diante desse cenário, surge a questão central deste estudo: quais são as barreiras e potencialidades dos serviços de atendimento na educação especial em municípios de pequeno porte? Esse questionamento visa explorar tanto os desafios enfrentados por essas localidades na oferta de uma educação inclusiva quanto as oportunidades que podem ser aproveitadas para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência

A inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional regular é um direito garantido pela legislação brasileira, como prevê a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Entretanto, a realidade enfrentada por estudantes em municípios menores evidencia lacunas no processo de implementação de políticas inclusivas. A pesquisa se justifica pela necessidade de promover a igualdade de oportunidades e de condições de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de sua localidade. Os municípios de pequeno porte, embora apresentem desafios estruturais e financeiros, também podem ser ambientes propícios para inovações e práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a participação da comunidade e a adaptação criativa de recursos. Ao investigar essas barreiras e potencialidades, este estudo contribui para a formulação de políticas públicas mais eficientes e para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à educação especial nessas regiões.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos que norteia o estudo, ele adotará uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise documental das políticas públicas de educação especial no Brasil. A revisão bibliográfica incluirá obras acadêmicas e legislações relevantes sobre o tema da educação inclusiva. Já a análise documental será baseada em

dados e relatórios analisados a partir de documentos oriundos do Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

Nesse sentido, o objetivo do artigo será de discutir os serviços de atendimento na educação especial em um município de pequeno porte, com foco na perspectiva inclusiva, de modo a analisar as políticas públicas de inclusão no município e examinar as práticas pedagógicas discutidas na literatura

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil é fruto de um longo processo de lutas por direitos, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional (Perini, 2018). Historicamente, o atendimento educacional de indivíduos com necessidades especiais foi pautado por um modelo assistencialista e excludente, em que as pessoas com deficiência eram muitas vezes segregadas em instituições especializadas, distantes do ensino regular. Até meados do século XX, essas instituições eram as principais responsáveis por oferecer educação, ainda que de forma limitada, a alunos com deficiência (Mendes, 2010).

Foi apenas nas últimas décadas que o Brasil começou a adotar políticas e legislações voltadas à inclusão educacional, alinhando-se às discussões globais sobre direitos humanos e igualdade de oportunidades para todos (Drago; Gabriel, 2023). A Constituição Federal de 1988 representou um marco nesse processo ao assegurar o direito de todos à educação, sem discriminação, e ao prever a oferta de atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

A partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, o Brasil avançou significativamente no que diz respeito à educação inclusiva. A LDB enfatizou o direito de acesso à educação para todas as pessoas com deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade de sua inserção em classes regulares, com o devido suporte especializado (Brasil, 1996). Esse momento marcou o início de um processo de transformação do sistema educacional brasileiro, que começou a se adequar para atender à diversidade dos alunos.

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA E LEGAL DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino brasileiro se fortaleceu a partir da criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008. Essa política consolidou o compromisso do Brasil com a inclusão plena, reafirmando o direito de todos os alunos, independentemente de suas condições, de frequentarem as escolas regulares e receberem o atendimento adequado às suas necessidades (Brasil, 2008).

A PNEEPEI introduziu uma nova abordagem à educação especial, deixando de vê-la como um sistema paralelo e exclusivo e passando a integrá-la à educação comum. A política estabelece que o atendimento educacional especializado (AEE) deve ser realizado nas escolas regulares, com o suporte de salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores, de forma a garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja inclusivo e atenda à singularidade dos estudantes (Mantoan, 2015).

Além da PNEEPEI, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), sancionada em 2015, reforçou o direito à educação inclusiva, destacando a importância da acessibilidade e da não discriminação em todos os níveis de ensino. A LBI estipula que as instituições educacionais, públicas ou privadas, são obrigadas a oferecer as adaptações necessárias para assegurar que alunos com deficiência possam estudar em igualdade de condições com os demais (Brasil, 2015).

Outro documento relevante nesse contexto é o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a inclusão de alunos com deficiência em todos os níveis de ensino. O PNE prevê o aumento das matrículas de alunos com necessidades especiais em escolas regulares e a melhoria da infraestrutura e da formação dos profissionais para garantir a qualidade da inclusão (Brasil, 2014).

Esse arcabouço legal e normativo tem permitido avanços significativos na inclusão de estudantes com deficiência no Brasil. Dados do Censo Escolar mostram um aumento contínuo no número de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, evidenciando o impacto positivo dessas políticas (INEP, 2022). No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que tange à efetiva implementação da inclusão em contextos mais vulneráveis, como nos municípios de pequeno porte, onde a escassez de recursos e a falta de profissionais especializados comprometem o processo inclusivo (Sasaki, 2010).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL

A educação especial no Brasil é regida por uma série de legislações e políticas públicas que visam garantir o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Mazzotta, 2011). Em nível federal, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia, em seu artigo 208, que o atendimento especializado seria assegurado preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Esse compromisso foi reafirmado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/96, que determinou a necessidade de adaptações curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas de cada estudante (Brasil, 1996).

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) lançou a PNEEPEI, um marco para a educação inclusiva no país. Essa política estabeleceu que as escolas regulares deveriam ser o principal local de escolarização para alunos com deficiência, com o apoio de serviços de AEE complementares. Além

disso, previu a implementação de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica, formação de professores e uso de tecnologias assistivas para promover a inclusão (Brasil, 2008).

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) trouxe avanços significativos ao detalhar os direitos das pessoas com deficiência em diversos âmbitos, incluindo o direito à educação inclusiva. O Estatuto reforça que a educação deve ser oferecida de forma inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, sem discriminação e com igualdade de condições (Brasil, 2015).

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Os estados brasileiros, dentro de suas esferas de atuação, têm desenvolvido planos de ação e programas específicos para a promoção da inclusão na educação especial. O Plano Estadual de Educação (PEE), em muitos estados, alinha-se às diretrizes nacionais estabelecidas pelo PNE que estabelece metas e estratégias para a educação especial até 2024. Dentre as metas, destaca-se a Meta 4, que trata da universalização do acesso à educação básica para alunos com deficiência e o fortalecimento do atendimento educacional especializado (AEE) (Brasil, 2014).

Cada estado busca adaptar essas diretrizes à sua realidade, conforme a capacidade financeira e as demandas regionais. Por exemplo, o estado de São Paulo, através da Resolução SE 68/2017, reorganizou as funções dos professores do AEE e estabeleceu uma rede de apoio para escolas regulares, promovendo a capacitação continuada de educadores e a ampliação das salas de recursos multifuncionais (São Paulo, 2017). Outros estados, como o Amazonas, também têm investido na capacitação de professores e na ampliação do acesso à tecnologia assistiva para alunos com deficiência em áreas mais remotas (Amazonas, 2020).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Em nível municipal, as políticas de inclusão muitas vezes refletem as condições locais, tanto em termos de infraestrutura quanto de recursos humanos. Os Planos Municipais de Educação (PME), alinhados ao PNE, orientam as ações para a educação especial, adaptando as diretrizes nacionais às particularidades locais. Contudo, municípios de pequeno porte enfrentam desafios consideráveis, como a falta de financiamento adequado, carência de profissionais especializados e escassez de materiais e tecnologias assistivas (Garcia; Alves, 2021).

Algumas iniciativas têm sido destacadas como boas práticas em municípios menores. Em algumas regiões, secretarias municipais de educação têm estabelecido parcerias com universidades para formar professores em educação especial e desenvolver tecnologias assistivas de baixo custo. Além disso, programas de inclusão digital e a construção de redes de apoio entre escolas têm sido estratégias viáveis para promover a inclusão em contextos de recursos limitados (Almeida, 2019).



Contudo, a implementação dessas políticas enfrenta barreiras significativas, como a escassez de verbas e a falta de profissionais qualificados em áreas mais isoladas. A capacitação contínua dos educadores, a adequação das escolas para garantir acessibilidade arquitetônica e a oferta de atendimento especializado em tempo integral ainda são desafios persistentes em muitos municípios de pequeno porte (Fernandes; Santos, 2020).

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL

As redes municipais de educação no Brasil são responsáveis pela maior parte da educação básica no país, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental. A descentralização do sistema educacional, prevista pela Constituição de 1988, estabeleceu que os municípios assumissem grande parte das responsabilidades pela educação em suas regiões, promovendo autonomia na gestão dos recursos e na execução de políticas educacionais (Saviani, 2013). Contudo, essa autonomia vem acompanhada de desafios consideráveis, especialmente em municípios de pequeno porte, onde os recursos financeiros e humanos são escassos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 60% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes (IBGE, 2022). Nessas localidades, a estrutura das redes educacionais costuma ser limitada, com um número reduzido de escolas e de profissionais especializados, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. Esse contexto afeta de maneira mais aguda os serviços de educação especial, uma vez que a inclusão de alunos com deficiência demanda infraestrutura adequada, profissionais capacitados e recursos pedagógicos específicos.

4.1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE: DESAFIOS E ESPECIFICIDADES

A educação especial no Brasil, desde a implementação da PNEEPEI em 2008, tem buscado integrar alunos com deficiência no sistema regular de ensino (Brasil, 2008). Contudo, em municípios de pequeno porte, essa integração encontra barreiras mais expressivas. A falta de recursos, aliada à dificuldade de atrair e reter profissionais capacitados, faz com que a oferta de serviços de apoio pedagógico especializado seja insuficiente (Cunha; Fernandes, 2020).

Ademais, a organização das redes municipais de educação nesses municípios tende a centralizar os serviços de apoio especializado em poucas unidades escolares, o que dificulta o acesso para alunos que vivem em áreas rurais ou afastadas. O transporte escolar é outro fator que impacta a inclusão, pois muitos municípios não conseguem oferecer um serviço acessível e adequado para estudantes com deficiência (Soares, 2019). Esses obstáculos estruturais dificultam a efetiva inclusão educacional e

muitas vezes resultam na exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do processo de ensino-aprendizagem.

Um dos principais desafios enfrentados pelas redes de educação em municípios de pequeno porte é a falta de infraestrutura adequada para atender às demandas da educação especial (Mendes, 2010). A adaptação das escolas, com a inclusão de rampas de acessibilidade, banheiros adaptados e salas de recursos multifuncionais, muitas vezes é inviável devido às limitações orçamentárias dos municípios (Oliveira; Corrêa, 2021). Nesse aspecto, de acordo com Mendes (2010), o acesso a tecnologias assistivas, que poderiam facilitar o processo de aprendizagem de alunos com deficiência, é escasso, pois a maioria dessas tecnologias exige investimentos que vão além da capacidade financeira das administrações locais.

Outro fator crítico é a carência de profissionais capacitados para atuar na educação especial. Embora as políticas públicas enfatizem a necessidade de formação continuada para os professores, poucos municípios conseguem oferecer programas regulares de capacitação, especialmente em áreas mais isoladas (Silva; Ferreira, 2017). Para Moreira e Cabral (2021), o resultado é que muitos professores se veem despreparados para lidar com as demandas específicas dos alunos com deficiência, o que compromete o processo de inclusão e o desempenho acadêmico desses estudantes.

A participação da comunidade local também exerce um impacto significativo na educação especial em municípios de pequeno porte. Em muitos casos, a percepção da inclusão de alunos com deficiência ainda enfrenta preconceitos e barreiras culturais, o que dificulta o processo de integração plena (Gonçalves; Santos, 2018). A inclusão educacional, para ser efetiva, precisa contar com o apoio das famílias, dos gestores e da comunidade em geral, o que nem sempre acontece de forma harmônica em localidades menores, onde a proximidade entre os membros da comunidade pode tanto facilitar quanto dificultar a implementação de políticas inclusivas (Silva; Ferreira, 2017).

Conforme observam Moreira e Cabral (2021), a educação especial em municípios de pequeno porte não afeta apenas os estudantes, mas também a dinâmica social e econômica das comunidades. Quando um aluno com deficiência não recebe o apoio educacional necessário, sua integração social e futura participação no mercado de trabalho são prejudicadas, o que pode resultar em maior exclusão e dependência social no longo prazo (borges; Pereira, 2020). Por outro lado, afirma ainda que, quando as políticas inclusivas são implementadas de forma eficaz, os efeitos são amplos, beneficiando não apenas os alunos, mas promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

4.2 ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A implementação de políticas educacionais inclusivas em municípios de pequeno porte enfrenta desafios relacionados à falta de recursos humanos, financeiros e estruturais. No entanto, estratégias bem fundamentadas podem transformar esses desafios em oportunidades de inovação. De acordo com

Carvalho (2014), as políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, investimentos em infraestrutura escolar e o fortalecimento da rede de apoio educacional são essenciais para garantir a educação inclusiva. Segundo Mantoan (2015), uma educação verdadeiramente inclusiva precisa estar embasada no princípio de que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, têm o direito de aprender juntos e de usufruir das mesmas oportunidades educacionais.

Um exemplo relevante dessa necessidade de melhoria das políticas públicas é o Programa Educação Inclusiva, que visa fortalecer a gestão da educação especial nos municípios e capacitar os profissionais da educação. As iniciativas como essa têm demonstrado potencial para fomentar a criação de ambientes escolares mais inclusivos, ao mesmo tempo que abordam as especificidades de cada município (Brasil, 2008).

4.2.1 Melhorias na capacitação e formação de professores

A formação e capacitação de professores é um fator crucial para a implementação eficaz da educação inclusiva, especialmente em municípios de pequeno porte, onde muitas vezes há falta de profissionais especializados. Segundo Gatti (2019), a formação docente precisa estar alinhada com as demandas contemporâneas da educação inclusiva, e deve incluir tanto aspectos teóricos quanto práticos. É fundamental que os cursos de formação inicial e continuada abordem as particularidades da educação de alunos com deficiência, além de promover uma cultura de inclusão dentro e fora da sala de aula.

Assim sendo, deve-se incentivar a contratação de mais profissionais especializados, como professores de apoio, intérpretes de Libras e profissionais de AEE, conforme preconiza a legislação (Brasil, 2015). A criação de parcerias com universidades e centros de formação pode ser uma estratégia eficaz para suprir a falta de capacitação local. A infraestrutura escolar é um dos pilares da educação inclusiva e, muitas vezes, um dos maiores desafios em municípios de pequeno porte. As escolas em regiões isoladas frequentemente carecem de adaptações físicas e de recursos tecnológicos para atender adequadamente os alunos com deficiência (Santos; Souza, 2021). Segundo Sasaki (2010), a acessibilidade nas escolas deve incluir desde a adaptação física do espaço até o fornecimento de tecnologias assistivas, que são fundamentais para a autonomia dos alunos.

Figueira (2013) compreende que os investimentos em adaptações arquitetônicas, como rampas, banheiros acessíveis e salas de recursos multifuncionais, são essenciais para garantir a inclusão física dos alunos. Além disso, a expansão do acesso à internet e a disponibilização de dispositivos tecnológicos, como computadores adaptados e softwares de comunicação aumentativa e alternativa, podem promover a inclusão digital e pedagógica. A melhoria da educação inclusiva também depende de um comprometimento institucional das prefeituras e das secretarias de educação, que precisam atuar como agentes facilitadores no processo de inclusão (Figueira, 2013). Todo o rol de atores deve

contribuir nesse processo, desde estores educacionais, diretores e coordenadores escolares até os entes públicos devem ser capacitados para implementar práticas inclusivas e criar ambientes colaborativos dentro das escolas. Segundo Lopes (2017), a inclusão é um processo que deve ser planejado e gerido coletivamente, com a participação ativa de todos os atores envolvidos.

De acordo com Mendes (2010), uma das boas práticas na gestão escolar envolve o fortalecimento do diálogo entre a escola, as famílias e a comunidade. Quando os gestores promovem uma comunicação clara e aberta sobre as necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência, cria-se um ambiente mais acolhedor e colaborativo, de modo que a implementação de projetos comunitários voltados à inclusão pode reforçar o compromisso de toda a comunidade escolar com o desenvolvimento pleno dos alunos (Mendes; 2010).

4.3 O PAPEL DOS PROFESSORES E GESTORES NA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS

Para que as boas práticas inclusivas sejam efetivas, é necessário que professores e gestores estejam alinhados em suas abordagens. Os professores, como mediadores do processo de aprendizagem, devem adotar estratégias pedagógicas diferenciadas e individualizadas, garantindo que todos os alunos possam participar ativamente das atividades propostas. Já os gestores precisam garantir que essas práticas sejam sustentadas por um ambiente escolar inclusivo, que ofereça suporte técnico e pedagógico contínuo (Aranha, 2003).

Conforme pontua Mendes (2015), professores têm um papel central no processo de inclusão, pois são os responsáveis por adaptar e diferenciar as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades de cada aluno. Para isso, é essencial que estejam preparados e capacitados para lidar com as particularidades da educação inclusiva, incluindo a utilização de recursos didáticos acessíveis e estratégias que promovam a participação ativa de alunos com deficiência.

Segundo Carvalho (2014), a formação continuada dos professores é indispensável para o sucesso das práticas inclusivas, pois a inclusão é um processo dinâmico e em constante transformação. Nesse sentido, as formações precisam abordar temas como o uso de tecnologias assistivas, estratégias pedagógicas diferenciadas e metodologias de ensino que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Enquanto os professores lidam diretamente com os alunos e suas práticas pedagógicas, os gestores educacionais, como diretores e coordenadores pedagógicos, têm a função de garantir que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos, fornecendo os recursos e o suporte necessários (Mendes. 2015). Para Lopes (2017), o compromisso dos gestores com a inclusão deve começar com o planejamento de ações estratégicas que envolvam todos os níveis da escola, desde a equipe pedagógica até a comunidade escolar.

Carvalho (2014) defende que haja um esforço conjunto entre os gestores e os órgãos públicos para garantir que os recursos destinados à educação inclusiva sejam devidamente aplicados. A alocação



de recursos financeiros, a contratação de profissionais capacitados e a promoção de programas de formação continuada são aspectos essenciais para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade em municípios de pequeno porte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir os serviços de atendimento na educação especial em municípios de pequeno porte, com ênfase na perspectiva inclusiva. Ao longo da pesquisa, foram analisadas as políticas públicas de inclusão, o papel de gestores e professores e necessidade latente de ampliar a prática docente e pedagógica em municípios de pequeno porte, sobretudo os que possuem maior necessidade de investimento. Verificou-se que, embora existam esforços significativos para promover a inclusão, ainda persistem barreiras relacionadas à infraestrutura inadequada, à falta de capacitação específica dos profissionais e ao limitado acesso a recursos tecnológicos e materiais adaptados.

As principais descobertas indicam que, apesar dessas dificuldades, boas práticas podem ser desenvolvidas quando há um compromisso efetivo dos gestores e uma capacitação contínua dos professores. O papel desses profissionais é essencial para transformar o ambiente escolar em um espaço inclusivo e acolhedor para todos os alunos. O estudo também destacou a importância de parcerias entre prefeituras, universidades e a comunidade local como estratégia para ampliar as oportunidades de inclusão.

De tal modo, o estudo buscou contribuir para o avanço das discussões sobre a educação inclusiva em municípios de pequeno porte a partir de uma perspectiva mais detalhada das barreiras e potencialidades dos serviços de atendimento à educação especial. Ao destacar a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e de melhorias na infraestrutura escolar, a pesquisa reforça a importância de uma abordagem integrada para a inclusão, que envolva professores, gestores, familiares e a comunidade.

Ademais, este trabalho oferece subsídios teóricos para gestores educacionais que buscam implementar ou aprimorar políticas inclusivas em suas escolas. A análise das boas práticas aqui apresentada pode servir como guia para pesquisas futuras sobre o tema voltado para discussão dos municípios que enfrentam dificuldades semelhantes, especialmente no que diz respeito à formação docente e à gestão de recursos.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Tecnologias assistivas de baixo custo: alternativas para a inclusão escolar em municípios de pequeno porte. *Educação e Tecnologia*, v. 25, n. 3, p. 221-236, 2019.
- AMAZONAS. Política Estadual de Educação Inclusiva: estratégias para a ampliação do atendimento educacional especializado no interior do estado. Manaus: SEDUC, 2020.
- ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: A escola. Cadernos de Inclusão, São Paulo: MEC, 2003.
- BORGES, A. F.; PEREIRA, M. C. Desafios da educação inclusiva em municípios de pequeno porte no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, v. 41, n. 150, p. 589-608, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.
- CARVALHO, R.E. Educação Inclusiva com os pingos nos “i”. Porto Alegre, Editora Mediação, 2014.
- CUNHA, J. M.; FERNANDES, R. S. O papel das redes municipais de educação na implementação de políticas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 3, p. 233-251, 2020.
- DRAGO, R.; GABRIEL, E. A pessoa com deficiência e a educação especial no Brasil nos últimos 200 anos: sujeitos, conceitos e interpretações. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e43/1–24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/73415>. Acesso em: 07 set. 2024.
- FERNANDES, M. R.; SANTOS, L. B. Desafios e perspectivas da educação especial em áreas rurais: um estudo em pequenos municípios. *Revista Inclusão Educacional*, v. 12, n. 1, p. 81-95, 2020.
- FIGUEIRA, Emílio. O que é Educação Inclusiva. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- GARCIA, R. A.; ALVES, C. J. A educação inclusiva em pequenos municípios: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 2, p. 139-158, 2021.
- GATTI, B. A. Educação Especial e Inclusiva: Perspectivas e Desafios. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 111-124, 2019.
- GONÇALVES, R. M.; SANTOS, L. T. A inclusão escolar em municípios de pequeno porte: desafios e perspectivas. *Cadernos de Educação Especial*, v. 18, n. 2, p. 144-160, 2018.



IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP. Censo Escolar 2022. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

LOPES, M. C. Gestão Inclusiva: O papel dos gestores na promoção da educação para todos. Revista Gestão Escolar, v. 12, n. 1, p. 89-101, 2017.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Apontamentos sobre o Atendimento Educacional Especializado. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 2, p. 375-390, 2010.

MENDES, E. G. A gestão escolar e a inclusão de alunos com deficiência. São Paulo: Cortez, 2015.

MOREIRA, Laura Cereta. CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Fundamentos sociais, políticos e antropológicos da Educação Especial. Curitiba: Intersaberes, 2021.

OLIVEIRA, P. H.; CORRÊA, J. R. Infraestrutura escolar e inclusão: desafios para a educação especial em áreas rurais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 102, n. 255, p. 201-222, 2021.

PERINNI, Sanandrea Terezani. Do direito à educação: educação especial na perspectiva da educação inclusiva. In: ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; DRAGO, Rogério. (org.). Educação especial e educação inclusiva: teoria, pesquisa e prática. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 47-69.

SANTOS, P. R.; SOUZA, C. M. Educação Inclusiva em Municípios de Pequeno Porte: Desafios e possibilidades. Revista Inclusão & Sociedade, v. 5, n. 2, p. 88-102, 2021.

SÃO PAULO. Resolução SE 68/2017: reorganização das funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE). São Paulo: SEDUC, 2017.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, E. R.; FERREIRA, C. P. Formação continuada de professores e o atendimento educacional especializado. Revista Educação e Pesquisa, v. 43, n. 3, p. 673-690, 2017.

SOARES, J. L. O transporte escolar e sua relação com a inclusão de alunos com deficiência em municípios de pequeno porte. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 94, p. 178-195, 2019.